



“AI DO PAÍS QUE DEIXA DE TER POETAS’: DOM HELDER, OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA CULTURAL NA DITADURA MILITAR, NO RECIFE DOS ANOS 60”

Fábio Silva de Souza (UNICAP)

Doutor Luiz Carlos Luz Marques (UNICAP)

Resumo

O artigo buscou esclarecer as interseções sociais que levaram Dom Helder Camara e os intelectuais do Recife a somar esforços através de uma política cultural em favor dos pobres recifenses a partir de 1964. Pela importância desta relação para as modificações realizadas nas bases da Igreja pernambucana justifica-se o estudo da conjuntura que levou Dom Helder a liderar este movimento intelectual. A questão de fundo, que orienta este estudo, pode ser assim formulada: que percurso formativo, do ponto de vista cultural, permitiu que este homem da Igreja fosse aceito como um interlocutor à altura, em tão diferentes áreas da cultura? Qual o contexto cultural vivenciado pelas elites intelectualizadas, no Brasil, por fim, qual o contexto sócio-político-cultural pernambucano?

Palavras-chave: Estado, Igreja, Modelos eclesiais, Poder, Movimentos de Resistência

INTRODUÇÃO

Este artigo buscou responder, através de uma documentação privilegiada, as perguntas: Qual percurso formativo, do ponto de vista cultural, permitiu que este homem da Igreja fosse aceito como um interlocutor à altura, em tão diferentes áreas da cultura? Qual o contexto cultural vivenciado pelas elites intelectualizadas, no Brasil, por fim, qual o contexto sócio-político-cultural pernambucano?

Para tanto, o caminho escolhido e a seleção documental, que tem sua razão de ser na busca de traçar os limites da trama social que influenciou o então arcebispo de Olinda-Recife, tem como recorte temporal os anos 50 e 60 do século XX, anos que suscitaram no cenário cultural nacional diversos nomes desde o teatro até a televisão, como tão bem explicou em seu livro Marcelo Ridenti, sociólogo da Universidade de Campinas (2000).

Após uma extensa revisão bibliográfica pôde-se constatar que o movimento desencadeado, na década de 50, com o Cinema-Novo que teve como principal expoente



Glauber Rocha e que foi estendido por diversos setores da cultura nacional, não ficou restrito só ao Sul/Sudeste do Brasil. Recife foi um palanque a céu aberto para quem quisesse fazer arte. Tornando-se, após o início dos anos 60, um dos lugares mais importantes do cenário cultural brasileiro.

Explorando essa efervescência cultural do Sul/Sudeste tanto como a de Recife, buscou-se traçar o “clima” social que propiciou este enlace entre a Igreja pernambucana, na figura máxima de Dom Helder e os intelectuais que, aqui, chegavam de todas as partes do Brasil para somar esforços.

Desejosos de ir ao âmago deste enlace entre a Igreja e os intelectuais, analisamos a organização político-cultural, utilizando-nos das perspectivas teóricas criadas por Clifford Geertz, que busca através da antropologia interpretativa, tratar os fenômenos culturais como sistemas significativos e, portanto, passíveis de interpretação. Estudar o político através da antropologia, tal como Geertz preconizou, implica compreender a relação dos intelectuais e a Igreja:

Retomando as premissas teóricas e metodológicas da abordagem interpretativa no sentido de situá-las em relação aos rumos recentes do “pensamento moderno” sobre o social, cada vez menos “provinciano” e mais “pluralista”, e que abdica de teorias gerais em favor de um conhecimento mais “contextualista, antiformalista, relativista” (p. 11). Historicamente concentrada em entender perspectivas outras, formuladas pelos diversos grupos em torno das experiências destes no contexto “local” em que se situam (Geertz, 1997).

A cultura multifacetada a serviço do social

Começemos por examinar a relação da cultura com o político. Para Marilena Chauí (1983) “há uma tradição que se pode observar na grande maioria dos projetos culturais e políticos de intelectuais ou de grupos de intelectuais, que consideram o poder do Estado no Brasil como o poder por excelência”. Se nos remetermos ao século XVIII para avaliar a ruptura epistemológica ocorrida naquele período, veremos que tal observação feita pela professora Chauí nos acompanha há muito tempo.



Desde o século XVIII, o sentido que o homem impunha à história vem passando por profundas transformações, deixando de lado uma postura que, outrora, valorizava o individual, isto é, o político, em favor de uma história voltada às interseções cotidianas. Muita coisa mudou desde o século XVIII até nossos dias, sobretudo, o fazer e o entender histórico, mas não podemos deixar de considerar que os intelectuais que fizeram essa verdadeira revolução do pensar a história, nos deixaram como herança a necessidade da aprovação do Estado, para legitimar nossas ações, tal como era quando a escrita da história era uma ferramenta de propaganda do Estado.

Diz-nos Ridenti com relação ao enlace cultura e política nos anos 60:

O romantismo revolucionário esteve presente, em versões diferenciadas, tanto nos programas de vários grupos de esquerda, como nas produções artísticas, que marcaram diferentes conjunturas na sociedade brasileira (...). Nos anos 60 havia uma ligação íntima entre expressões políticas, artísticas e científicas – todas voltadas para a revolução brasileira (Ridenti, 2000).

As palavras de Ridenti nos proporcionam uma visão panorâmica do contexto social vivenciado pelas elites intelectuais no Brasil, sobretudo, Sul/Sudeste. Era clara a interdependência entre política e cultura, no Brasil. Gullar (1965) afirmava: “não existe arte que não exprima, direta ou indiretamente, uma ideologia”. Os anos 60 do século XX, no Brasil, foram marcados por essas expressões culturais tingidas de conteúdo político desde o Cinema-Novo, movimento desencadeado por Glauber Rocha, passando pelo teatro, música, literatura e tantas outras formas de fazer arte.

A intelectualidade estava direta ou indiretamente entrelaçada com o político. Se analisarmos as canções de Chico Buarque, Carlos Lyra, Geraldo Vandré, Roberto Menescal e Ronaldo Boscoli, o teatro de Augusto Boal, Dias Gomes e Nelson Rodrigues, entre outras manifestações nas artes plásticas, literatura e poesia, veremos que todas essas produções eram, sem sombra de dúvidas, carregadas de uma ideologia política (Ridenti, 2000).

A produção cultural, no Sul/Sudeste do Brasil, estava, de certa forma, ligada aos interesses de uma intelectualidade que não estava satisfeita com o desenrolar das políticas públicas daquele período. Mas este projeto político-cultural não era um privilégio das Regiões mais abastadas do Brasil, no Nordeste brasileiro, sobretudo, em Pernambuco, os intelectuais impunham um mesmo caráter às produções culturais.

Levando-se em conta que o Estado de Pernambuco foi, naquela época, segundo Soares (1982, p. 22), “o epicentro de uma região onde se evidencia concretamente a contradição do



modo através do qual o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista aproxima fases históricas diferenciadas...”, tornando-o assim “o elo mais fraco do populismo no Brasil”, na avaliação de Francisco de Oliveira, as manifestações culturais não poderiam ter outro caráter senão de protesto contra um modelo político até então em cena.

É nesse contexto exposto por Soares e Francisco de Oliveira que surgiu, em maio de 1960, em Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular (MCP) que daria novos rumos ao combate realizado pela cultura contra um modelo atrasado de políticas públicas. Conforme Germano de Vasconcelos Coelho, primeiro e único presidente do MCP, o movimento surgiu em resposta à miséria, à fome e à desigualdade social até então vigente no cenário pernambucano.

Com características que o diferenciava dos movimentos suscitados pelos intelectuais do Sudeste, mas, de certa forma, com o mesmo caráter de protesto, o MCP traz à tona, em Pernambuco, algo que até então não tinha sido visto em outras Regiões da federação, um movimento suscitado no seio do Estado dando voz e vez às camadas menos favorecidas da população.

O MCP foi extinto, em março de 1964, pelo golpe militar, mas deixou profundas marcas, na sociedade pernambucana, sendo o princípio de um movimento que, posteriormente, ganha o apóio da Igreja Católica, na figura de Dom Helder Camara.

Origens de uma diocese intelectualizada

Arcebispo recém chegado ao Recife, em março de 1964, Dom Helder Camara se defronta não só com uma ditadura que acabara de se instaurar, mas também com uma cidade mergulhada na miséria.

Recife est avant tout une énorme machine à marginaliser, à précariser et non à intégrer les populations. Même au niveau du tiers monde brésilienne, elle fait figure de caricature de métropole sous-développée, pathologiquement tertiarisée. Des neuf grandes métropoles brésiennes elle est, avec Fortaleza, celle qui bat tous les records de misere (Marin, 1995).

Esse quadro de miséria e sofrimento em que a sociedade pernambucana estava mergulhada faz com que o novo arcebispo de Olinda-Recife se visse na posição de um ser



humano capaz de contribuir para que aquela situação pudesse ser amenizada ou, até mesmo, mudada.

Privilegiado por uma educação que recebera tanto no seio familiar que tinha nas figuras de seus pais, o “guarda-livros e jornalista João Eduardo Torres Camara Filho (1872-1956) e a professora Adelaide Rodrigues Pessoa Camara (1874-1935)” (MARQUES, in CAMARA, 2004, p. L), como no Seminário da Prainha, onde resolvera estudar para se tornar padre. Tornar-se um sacerdote aberto a novas perspectivas e credenciá-lo mais tarde, já padre e residindo, no Rio de Janeiro, a juntar-se à elite intelectual carioca.

As idéias que Dom Helder defendia frente à sociedade carioca e, sobretudo, à Igreja, deixam clara sua posição no que concerne ao papel da educação e dos intelectuais no processo de transformação da sociedade. Embora a Igreja não se manifestasse publicamente favorável ou contra as manifestações culturais tingidas por uma ideologia contrária as que vinham sendo praticadas pelo poder público, Dom Helder não só as aceita como as traz consigo quando é transferido para Pernambuco.

Durante toda sua vida Dom Helder propôs ao mundo eclesiástico, sem nunca impô-lo, um caminho que poderia levar à evangelização dos pobres, a partir das elites intelectualizadas, caminho que, até então, tinha sido pouco explorado. Dom Helder não criou as suas perspectivas a partir do nada, mas como delineado acima, porque carregava consigo uma bagagem intelectual acumulada durante toda sua vida, e, sobretudo, um enorme desejo de colocar em prática soluções efetivas para os problemas dos pobres. Esse paradigma sempre esteve no centro da vida e das atividades de Dom Helder, e neste contexto, é que se forjaram as bases necessárias para o desenvolvimento da interação junto aos intelectuais pernambucanos.

Insatisfeito, desde o primeiro momento com o quadro de miséria em que Pernambuco estava imerso, Dom Helder tinha plena consciência que poderia mudá-lo através da educação e do apoio dos intelectuais que ali já se figuravam desde o início dos anos 60, quando do surgimento do MCP.

Se no Sudeste, sobretudo, no Rio de Janeiro, o quartel general para organização das manifestações culturais era, no CPC, em Recife, este era no Palácio dos Manguinhos, onde o bispo reunia as diversas lideranças culturais para formular estratégias para o combate das desigualdades sociais até então vigentes.

O Brasil vivia um surto de protestos provenientes da intelectualidade e Dom Helder tinha plena convicção que poderia fazer uso deste momento para ajudar, ainda mais, a



população pernambucana e logo começa a juntar esforços com os intelectuais pernambucanos para um efetivo contraponto às políticas públicas desencadeadas pelo governo ditatorial. Nos encontros, no Palácio dos Maguinhos, todos os assuntos eram discutidos: teatro, literatura, artes, filosofia, ciências e religião com o claro objetivo de usufruir das mentes brilhantes de Pernambuco a favor da Igreja Católica, forjando um dos principais pilares da reformulação eclesial na Diocese de Olinda-Recife desembocando numa efetiva colaboração entre intelectuais e Igreja em favor dos pobres.

Desfecho do enlace entre intelectuais e a Igreja Católica pernambucana

Sem o apóio do Estado que, conforme Chauí (1983), era a instância que, de certa forma, legitimava as ações da intelectualidade, estes encontraram, na Igreja pernambucana, tendo como figura máxima Dom Helder, o poder legitimador.

Tal como os movimentos intelectuais do Sudeste do Brasil, em Pernambuco, todas as manifestações tinham um caráter de protesto contra as desigualdades geradas pelas dissonâncias políticas. Fazendo com que a diocese de Olinda-Recife tivesse um projeto político-cultural claro em favor das populações menos favorecidas.

Dom Helder valorizou magistralmente os intelectuais pernambucanos e, com a ajuda desses, pôde atingir a população recifense, buscando transformar seus hábitos e sua forma de encarar o mundo. Não se tratava de meras reuniões intelectualizadas, porém, de um movimento que fez com que o quadro, aqui encontrado, quando de sua chega, fosse colocado em causa.

Os objetivos de tal projeto deram tão certo que culminaram no final dos anos 60, com a proibição de qualquer tipo de manifestação contra o regime vigente, até mesmo se estas viessem da Igreja, que era a única que ainda podia se manifestar.



REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. O magistério do universo. In: ROCHA, Zildo (org.). **Helder, o Dom**. Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p.159-164.
- BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife: Ed. Autor, 2009. 263 pp.
- BARROS, Adirson. **Ascensão e Queda de Miguel Arraes**. Rio de Janeiro: Equador, 1965. 176 pp.
- BRUNNER, José Joaquim. **América Latina: cultura y modernidad**. México: Grijalbo/Consejo, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 192 pp.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 1992.
- CAMARA, Helder. **Vaticano II: Correspondência conciliar. Circulares à família do São Joaquim, 1962-1964** (Introdução e notas de Luiz Carlos Luz Marques). Recife: Ed. UFPE / IDHeC, 2004, LXVIp. + 478p.
- CAVALCANTI, Paulo. O Movimento de Cultura Popular do Recife. IN: **O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes; memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- CHAUÏ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 180 pp.
- _____. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983, 106 pp.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Loudes Menezes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2002.
- _____. **L'invention du quotidien**. Paris: Gallimard, 1990. 416 pp.
- COELHO, Germano. Pelo resgate da memória do MCP. In: **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.
- FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 283 pp.
- GULLAR, Ferreira. **Cultura posta em questão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 142 PP.
- Geertz, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 pp.



- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O engajamento cepecista. In: **Impressão de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 199 pp.
- IANNI, Octávio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 236 pp.
- KREUTZ, Lúcio. **Os movimentos de educação popular no Brasil, de 1961/1964**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979. 121 pp.
- MARQUES, Luiz Carlos Luz. **Dom Helder Camara, a Igreja católica e a sociedade brasileira no século XX: Fase IV**. Projeto de Pesquisa em andamento. Unicap, 2006, 15p.
- MARQUES, Luiz Carlos Luz. Dom Helder Camara: Informações biográficas. In: CAMARA, Helder. **Vaticano II: Correspondência conciliar. Circulares à família do São Joaquim, 1962-1964** (Introdução e notas de Luiz Carlos Luz Marques). Recife: Ed. UFPE / IDHeC, 2004, p. L-LIV.
- MARQUES, Luiz Carlos Luz. Introdução. In: CAMARA, Helder. **Vaticano II: Correspondência conciliar. Circulares à família do São Joaquim, 1962-1964** (Introdução e notas de Luiz Carlos Luz Marques). Recife: Ed. UFPE / IDHeC, 2004, p. XXXIII-XLIX.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e nação**. São Paulo: Ática, 1990. 336 pp
- PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: Entre o Poder e a Profecia**. São Paulo: Ática, 1997.
- REINAUX, J.. **No tempo das idéias ruidosas**. In: Anais do XXX simpósio Nacional do Cehila-Brasil e I Simpósio Internacional do Instituto Dom Helder Camara. Recife: Cehila-Brasil, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000. 458 pp.
- ROCHA, Aberlado da S. Ferreira Rocha; Chagas, Glauce. **Um Furacão varre a esperança: o caso Dom Helder**. Recife: FUNDARPE, 1993.
- ROCHA, Zildo (org.). **Helder, o Dom**. Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999, 208p.
- SOUZA LIMA, L. G. de. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja do Brasil**. Hipóteses para uma interpretação. Vozes: 1979.
- SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise - 1955/1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982. 145 pp.
- VV. AA.. **Helder, o Dom**, uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil, (Zildo B. Rocha, org.). Petrópolis: 1999.